



**ORDEM DO DIA
PARA A 25ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 12 DE SETEMBRO DE 2007**

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA

Discussão e votação - Projeto de lei nº 777, de 2007, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito com instituições financeiras internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito e bancos privados internacionais, bem como com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Com 6 emendas. Pareceres nºs 1913, 1914 e 1915, de 2007, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Economia, e da Comissão de Finanças, favoráveis ao projeto, às emendas de nºs 3 e 4 e contrários às de nºs 1, 2, 5 e 6.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0026, de 1997, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a Corregedoria Geral da Administração e cria os cargos que especifica. Com 10 emendas e 1 substitutivo. Parecer nº 1505, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emenda, às emendas de nºs 1, 2, 4, 7 e 8 e contrário às demais emendas e ao substitutivo. (Com pedido de retirada).

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0519, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Mensagem nº 105/00. Dispõe sobre a extinção de cargos e funções-atividade, que especifica, dos Quadros das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das Autarquias. Com emenda. Pareceres nºs 666, 667 e 668, de 2001, respectivamente, das Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Finanças, favorável ao projeto e à emenda. (Com pedido de retirada).

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0046, de 2002, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, por venda, precedida de certame licitatório, imóvel situado na Rua Sansão Alves dos Santos, na Capital. Pareceres nºs 487, 488 e 489, de 2003, respectivamente, de relator

especial pela Comissão de Justiça, da Comissão de Obras Públicas e de relator especial pela Comissão de Finanças, favoráveis. (Com pedido de retirada).

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0220, de 2003, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre alienação, mediante certame licitatório, por preço não inferior ao da avaliação, de imóvel situado na Rua Silva Bueno, Bairro do Ipiranga, na Capital. Pareceres nºs 936 e 937, de 2004, respectivamente, da Comissão de Justiça e de relator especial pela Comissão de Obras Públicas, favoráveis. (Com pedido de retirada).

5 - Votação "ad referendum" adiada - Projeto de lei nº 1265, de 2003, de autoria do deputado Vanderlei Macris. Declara de utilidade pública a "SAEG - Sociedade Cívico Cultural Amigos de Engenheiro Goulart", na Capital. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 208, de 2007.

6 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 340, de 2006, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Declara de utilidade pública a "Associação Cáritas Paroquial Nossa Senhora da Conceição", em Tanabi. Aprovado com substitutivo, pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1582, de 2006.

7 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 479, de 2006, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Declara de utilidade pública o "Centro Vicentino Nossa Senhora das Dores", em Araçoiaba da Serra. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 105, de 2007.

8 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 481, de 2006, de autoria do deputado Arnaldo Jardim. Declara de utilidade pública a "Associação Fazenda Terapêutica Joanna de Ângelis", em Jaboticabal. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 110, de 2007.

9 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 483, de 2006, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Declara de utilidade pública o "Galpão Seis", em Catanduva. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 289, de 2007.

10 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 485, de 2006, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública a "Associação dos Deficientes Físicos Santacruzenses - ADEFIS", em Santa Cruz do Rio Pardo. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 283, de 2007.

11 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 514, de 2006, de autoria do deputado Sidney Beraldo. Declara de utilidade pública o "Instituto Prefeito

Lupércio Torres", em São José do Rio Pardo. Aprovado com emenda, pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 382, de 2007.

12 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 283, de 2007, de autoria do deputado Roque Barbieri. Declara de utilidade pública a "Associação Educacional da Juventude de Santa Rita do Passa Quatro/SPASSEJ", naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 800, de 2007.

13 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 287, de 2007, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Declara de utilidade pública a "Casa da Vovó Maria de Nazaré", em Vera Cruz. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1849, de 2007.